VENDA DA EMBRAER VAI COMPROMETER EMPREGOS NO BRASIL

SÓCIOS GARANTEM INDEPENDÊNCIA DO SINDICATO

O metalúrgico em família

Edição 73 - Julho de 2018

Mala Direta Básica
9912286330/2026-SPI/SP
SindMetalSJC
Correios
Fechamento Autorizado.
Pode ser aberto pela ECT

O BRASIL DOS MILITARES

- CORRUPÇÃO
- DÍVIDA PÚBLICA
- DESIGUALDADE SOCIAL
- PERSEGUIÇÃO E TORTURA

Conversa com o presidente

Uma revista a serviço do debate

Weller Gonçalves, presidente do Sindicato

A revista **O Metalúrgico em Família** está de volta. Histórica no meio sindical, esta publicação cumpre um papel fundamental de levar até a casa do trabalhador o debate de temas importantes.

Nesta edição, trazemos detalhes sobre os anos sombrios da ditadura militar no Brasil (1964 -1985). Em meio à crise política que o país vive hoje, muito tem se falado sobre um dos períodos mais obscuros de nossa história. Numa reportagem especial, mostramos as consequências desastrosas que aquele período trouxe para o país.

A revista também traça um panorama dos desafios que os trabalhadores e a nova diretoria do Sindicato terão de encarar no próximo período. Um deles é barrar a venda da Embraer e suas graves consequências para a região e todo o país.

Esperamos que as informações contribuam para a reflexão, debate e ação.

Boa leitura!

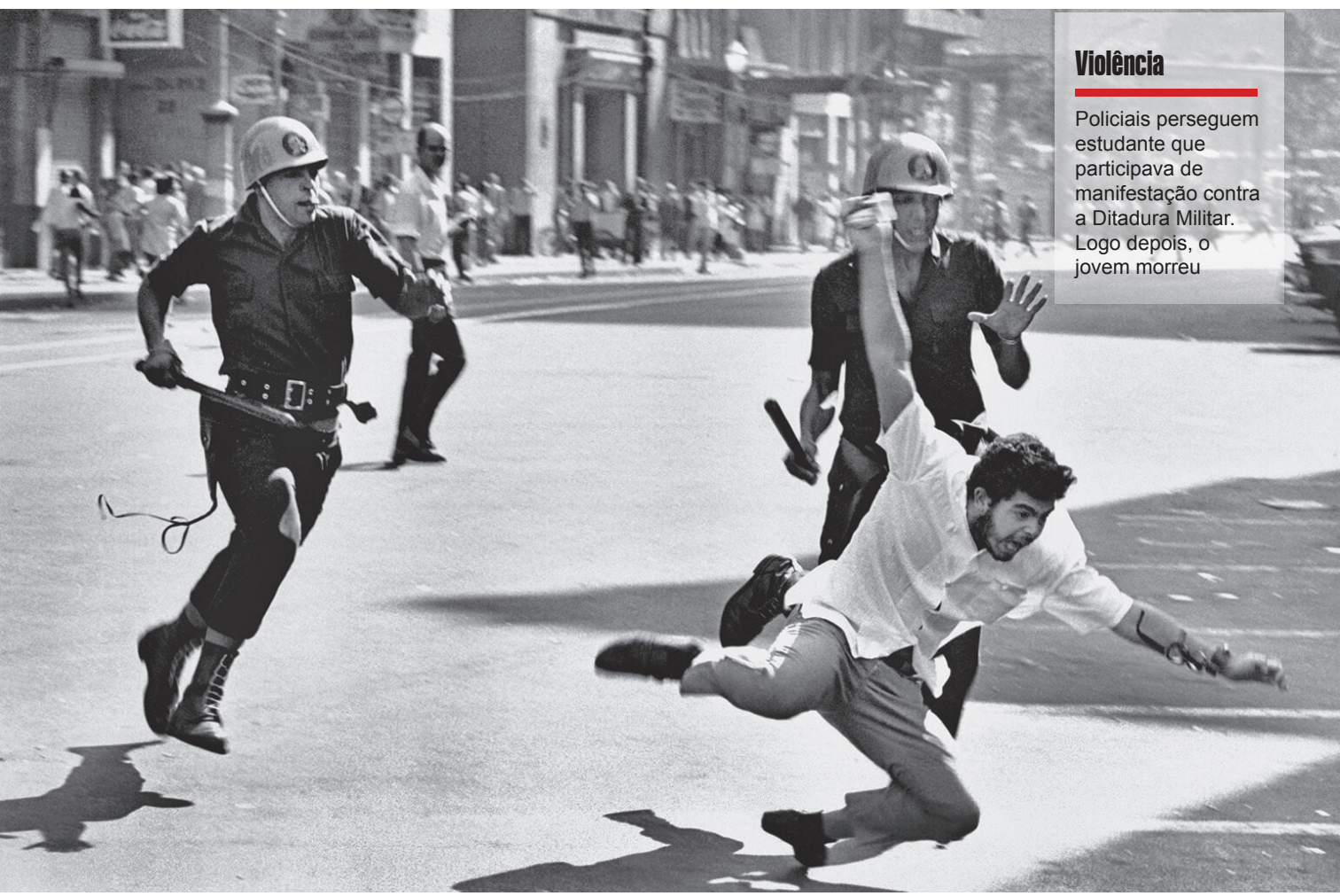
Leia nesta edição:

Ditadura nunca mais *pág. 3*
O voo da Embraer e dos empregos para longe do Brasil *pág. 7*
Sindicato vai continuar no caminho da luta *pág. 8*
Sindicato é financiado pelo trabalhador *pág. 10*

Expediente

Órgão informativo do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Caçapava, Jacareí, Santa Branca e Igaratá.
Sede provisória: Rua Coronel Moraes, 143, CEP 12209-950, São José dos Campos - SP. **Telefone:** (12) 3946-5333.
Site: sindmetalsjc.org.br. **E-mail:** comunicacao@sindmetalsjc.org.br. **Responsabilidade da publicação:** Diretoria do Sindicato.
Produzida pelo Departamento de Comunicação do Sindicato. Redação: Edmon Garcia, Manuela Moraes e Shirley Rodrigues.
Edição: Shirley Rodrigues. **Editoração eletrônica e ilustração:** Bruno César Galvão. **Impressão:** Gráfica Monteart

Por que o governo militar foi prejudicial ao País



Violência

Policiais perseguem estudante que participava de manifestação contra a Ditadura Militar. Logo depois, o jovem morreu

Corrupção, aumento da pobreza, hiperinflação e muita repressão aos direitos, com censura, prisão de inocentes, torturas e assassinatos. Este conjunto de maldades é apenas uma amostra do que aconteceu no Brasil de 1964 até 1985, período conhecido como ditadura militar. Alguns dos problemas herdados daquela época continuam atrapalhando o país, 33 anos depois do fim do regime.

Mesmo diante deste histórico, ainda há pessoas que pedem a volta dos militares por imaginarem que eles poderiam ser uma 'saída emergencial' para a crise política e econômica que o país vivencia.

Entre os argumentos dos defensores da intervenção militar está a falsa impressão de que não havia corrupção naquele período.

Os saudosistas da ditadura também costumam citar o suposto "milagre econômico", que teria sido alcançado pelo país durante o regime militar.

A história e os números, porém, mostram uma realidade bem diferente. A ditadura militar foi responsável por um dos períodos mais perversos da história nacional para a população, principalmente para a classe trabalhadora. É um período que não deixa saudades.

Corrupção também saqueava o Brasil durante a ditadura

A mesma corrupção que hoje estampa as páginas dos jornais também esteve presente nos 21 anos da ditadura militar. O que não havia era liberdade de imprensa para que a roubalheira fosse divulgada.

Foram muitos os casos de desvios de dinheiro público. Recentemente, vieram à tona documentos que revelam a tentativa do governo militar brasileiro em esconder uma investigação de corrupção ocorrida naquela época. Os documentos fazem parte dos arquivos confidenciais do governo do Reino Unido.

Autoridades inglesas haviam encontrado provas de superfaturamento na compra de fragatas para a Marinha, durante os governos dos generais Emílio Garrastazu Médici (1969 - 1974) e Ernesto Geisel (1974 - 1979).

Segundo registros do Reino Unido, o governo militar não quis colaborar com as investigações e não permitiu que o governo britânico indenizasse os cofres públicos brasileiros. Tudo para abafar o caso.

Em outro episódio, documentos expedidos em 1984 pela Embaixada dos Estados Unidos apontam que Brasília vivia acuada por denúncias de corrupção.

O documento integra mais de 600 informes diplomáticos secretos liberados pelos EUA entre 2014 e 2015. Importantes nomes do governo de João Baptista Figueiredo (1979 a 1985) eram citados como beneficiários de esquemas corruptos.

Empreiteiras como Camargo Corrêa e Odebrecht, investigadas hoje pela Operação Lava Jato, também foram citadas em casos de corrupção naquela época.

"Na ditadura militar, houve muita corrupção, mas não havia visibilidade, por conta da censura política. Então, muita gente tem a imagem de que naquela época não havia corrupção, mas isso é uma ingenuidade completa", explica o historiador Carlos Fico.

Roubo de dinheiro público sob regime militar

O caso Lutfalla

Paulo Maluf foi nomeado prefeito de São Paulo, dois anos depois de ter sido acusado de corrupção. A Lutfalla, empresa de sua mulher, recebeu empréstimo do BNDE (banco público), mesmo estando em estado de falência.

Contrabando no Exército

Capitão Ailton Gumarães Jorge liderou um esquema de parceria entre militares e contrabandistas, que comercializava caixas de uísques, perfumes e roupas de luxo. O capitão foi preso, mas acabou inocentado e, após deixar o Exército, se tornou um dos principais nomes do jogo do bicho no Rio de Janeiro.

Fraude em licitação

Ministro da Fazenda no governo militar, Delfim Neto foi acusado de ter benefiado a empreiteira Camargo Corrêa, em 1974, na concorrência para a construção da hidrelétrica de Água Vermelha (MG).

General Eletric

Presidente da General Eletric no Brasil, Gerald Thomas Smilley, declarou em 1976 ter pago propina para acertar a venda de locomotivas à Rede Ferroviária Nacional.

Abaixo a ditadura

Manifestações reivindicavam o fim do regime militar e a volta da liberdade

Caso Capemi

O general Newton Cruz e outros agentes do SNI (Serviço Nacional de Informações) estariam envolvidos no desvio de 10 milhões de dólares, com a venda fraudulenta de madeira pela Agropecuária Capemi, empresa dirigida por militares. O jornalista Alexandre von Baumgarten, que teria informações sobre o esquema, foi assassinado por ordem do SNI, segundo depoimento de um ex-delegado.

Salários foram achatados e País se atolou em dívidas

Para fazer o povo acreditar no sucesso do regime, o governo militar afirmava que o Brasil vivia um "milagre econômico", entre 1968 e 1973.

De fato, na época o país registrou um crescimento médio de 10% no PIB (Produto Interno Bruto), baseado em investimentos públicos na área de infraestrutura e incentivos à atividade industrial. O problema é que esses investimentos foram feitos por meio de empréstimos que endividaram o país.

Um exemplo foi a construção da Ponte Rio - Niteroi, que custou 11 vezes mais do que o planejado pela obra.

Além disso, os incentivos à produção baseavam-se na redução de custos, com achatamento dos salários (reajustados só pela inflação) e retirada de direitos dos trabalhadores.

O poder de compra dos salários foi drasticamente reduzido. Quando os militares deixaram o governo, em 1985, o salário mínimo tinha um poder de compra 23% menor em relação ao valor praticado em 1964, ano em que eles assumiram o comando do país. Foi, portanto, um crescimento às custas dos trabalhadores.

ENTRE 1964 E 1985

- Salário mínimo perdeu 23% do poder de compra
- A inflação passou de 92% para 242,68%
- Dívida pública quadruplicou

REPRESSÃO

No último ano da ditadura, em 1985, repressão continuava nas fábricas. Na foto, policiais cercam GM durante greve

Trabalhadores eram perseguidos por governo e patrões

Participar de assembleias na porta da fábrica, entrar em greve, filiar-se ao sindicato e falar mal do governo fazem parte da vida dos trabalhadores. Mas nem sempre foi assim.

Durante o regime militar, qualquer uma das atitudes acima poderia levar o trabalhador a ser demitido ou até preso. Sob o comando dos militares, tudo era proibido.

Milhares de pessoas foram presas, torturadas e assassinadas. Muitos eram trabalhadores que se mobilizaram por melhores salários.

Um documento de 11 de abril de 1974, divulgado recentemente, confirmou que o presidente Ernesto Geisel autorizou execuções sumárias.

Patrões e militares juntos

O Vale do Paraíba foi uma das regiões mais atingidas pela repressão militar. Aqui, empresas uniram-se aos órgãos de repressão para perseguir e punir operários.

Documentos oficiais obtidos pela Comissão da Verdade dos Metalúrgicos mostram a participação de 25 empresas num obscuro esquema de colaboração com os aparelhos de repressão. Entre elas estão General Motors, Embraer e Volkswagen.

Trabalhadores que participavam de movimentos operários eram denunciados pelas empresas ao regime militar.

Eram, então, demitidos e incluídos numa "lista suja" da ditadura. Depois, raramente conseguiam outro emprego.

A metalúrgica Maria Inês de Oliveira foi uma das trabalhadoras perseguidas. Ao engajar-se numa organização política, Inês passou a ser perseguida pela Ericsson, em São José dos Campos, até ser demitida. A trabalhadora deixou a empresa escoltada.

COMISSÃO DA VERDADE APONTOU CRIMES CONTRA METALÚRGICOS

A **Comissão da Verdade dos Metalúrgicos** fez,entre 2013 e 2015, uma ampla pesquisa sobre crimes cometidos contra trabalhadores durante a ditadura.

O estudo se baseia em documentos e relatos de quem viveu o período e lutou em defesa dos trabalhadores, como os ex-presidentes do Sindicato Luiz Carlos Prates, o Mancha, e Toninho Ferreira. O estudo integrou o relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

O voo da Embraer e dos empregos para longe de São José

A possível venda da Embraer para a norte-americana Boeing representa um perigo real para o futuro da empresa brasileira.

Nas negociações que estão em andamento com a Boeing, não há garantias de emprego e de novos projetos para a fábrica.

Na prática, isto significa que o futuro da Embraer e de 25 mil trabalhadores do setor aeronáutico é incerto.

Riscos para o Brasil

A Embraer é uma empresa estratégica do setor aeronáutico e maior exportadora de tecnologia do Brasil.

A Boeing ficará com 80% da divisão de aviação comercial, responsável por 75% do lucro bruto da Embraer.

Ao Brasil, sobrará o setor militar e 20% da aviação comercial. O segmento de defesa é fundamental para a proteção de nossas fronteiras, mas dificilmente sobreviverá sem os lucros gerados pela aviação comercial.

Mais um risco para o Brasil, que investiu cerca de US$ 24 bilhões em dinheiro público na empresa desde a sua privatização.

A única saída para preservação da soberania nacional e dos empregos é a reestatização da Embraer. Do contrário, ela voará para longe do Brasil.

E190 - E2

A divisão de aviões comerciais passará a ser controlada pela Boeing, que terá 80% das ações

BRASIL SÓ TEM A PERDER

EMBRAER MAIS FRACA
A Boeing será dona de 80% da divisão de jatos comerciais, setor que mais dá lucro. A Embraer ficará com os 20% restantes.

FIM DA DEFESA
Há grandes chances do setor de Defesa desaparecer. Ele ficou de fora do acordo com a Boeing e perderá o suporte financeiro gerado pela aviação comercial.

PREÇO DE BANANA
A Boeing pagará apenas US$ 3,5 bilhões. Este valor é irrisório. Para efeito de comparação, a Embraer possui US$ 18 bilhões em carteira de pedidos.

PERDA DE EMPREGOS
Estarão com o emprego em risco cerca de 25 mil trabalhadores da indústria aeronáutica.

GOVERNO TEM DE VETAR
O governo brasileiro tem em mãos a ação golden share, que dá poder de veto à venda da Embraer. O Sindicato está cobrando o uso desta ação.

A PREÇO DE BANANA

PREÇO DE VENDA DE 80% DA EMBRAER
US$ 3,8 BILHÕES

TOTAL DA CARTEIRA DE PEDIDOS DA EMBRAER
US$ 18 BILHÕES

Metalúrgicos decidem: Sindicato vai continuar no caminho da luta

A nova diretoria do Sindicato, que tomou posse em maio, tem grandes desafios pela frente.

A luta contra as reformas trabalhista e da Previdência e a defesa de direitos estão na pauta da diretoria.

A missão foi dada pela categoria nas urnas, ao eleger a chapa da CSP-Conlutas com 64% dos votos válidos. A CUT teve apenas 36%.

Agora, o Sindicato está sendo presidido por Weller Gonçalves, da JC Hitachi. Ele é metalúrgico há 14 anos e diretor do Sindicato desde 2015. Sempre esteve na linha de frente das lutas por melhores salários, condições de trabalho e direitos.

O vice-presidente é Renato Almeida, trabalhador da General Motors.

Ao todo, o Sindicato contará com 41 diretores de 17 fábricas da região que ficarão à frente da entidade até o ano de 2021.

Luta já começou

Os novos diretores iniciaram o mandato trabalhando duro nas negociações e mobilizações da Campanha de PLR (Participação nos Lucros e Resultados). O resultado foi bastante positivo: em quase todos os acordos aprovados, os trabalhadores conquistaram valores superiores aos de 2017.

"Nossa luta será para manter todos os direitos previstos nas Convenções e Acordos Coletivos. A reforma trabalhista foi um grande ataque aos trabalhadores e nós iremos combatê-la para que nenhum direito seja retirado", afirma o presidente Weller Gonçalves.

CSP-CONLUTAS

64% dos votos
41 diretores
Gestão **2018 - 2021**

POSSE

Nova diretoria toma posse, em festa para os trabalhadores

O que a nova diretoria tem pela frente

Reforma trabalhista

A nova lei deixou as empresas à vontade para investir contra os trabalhadores, como demitir lesionados, colocar grávidas em locais insalubres, reduzir o adicional noturno e impor banco de horas. No ano passado, o Sindicato conseguiu barrar esses ataques, mas a luta tem de continuar.

Reforma da Previdência

A proposta ainda não foi aprovada pelo Congresso Nacional, mas pode ser ressuscitada a qualquer momento. O governo Temer quer aumentar a idade e o tempo de contribuição necessários para que o trabalhador tenha direito à aposentadoria.

Campanha Salarial

A pauta deste ano inclui aumento real de salário e renovação de direitos. Os diretores assumirão as negociações para defender as reivindicações da categoria.

Terceirização irrestrita

a nova lei permite que as empresas terceirizem qualquer setor da fábrica, inclusive a produção. Com isso, os patrões estão livres para demitir ostrabalhadores diretos e contratar terceiros com salários e direitos inferiores.

Venda da Embraer

a soberania nacional e milhares de empregos estão em risco com a entrega da Embraer para a Boeing. O Sindicato está em campanha contra a venda desde o final do ano passado. Agora, com os termos do acordo já anunciados, a campanha terá de ser ainda mais fortalecida.

Diretoria Executiva

Weller Gonçalves - JC Hitachi – Presidente
Renato Almeida (Renatinho) - GM - Vice-presidente
Antônio F. de Barros (Macapá) - GM – Secretário geral*
Aline Bernardo Santos - Sun Tech - 1ª Secretária
Guirá Borba Guimarães - Chery – 2º Secretário
Nilson F. Leite - TT Brasil - Tesoureiro geral*
José Dantas Sobrinho - Tracker - 1º Tesoureiro

Diretoria Geral

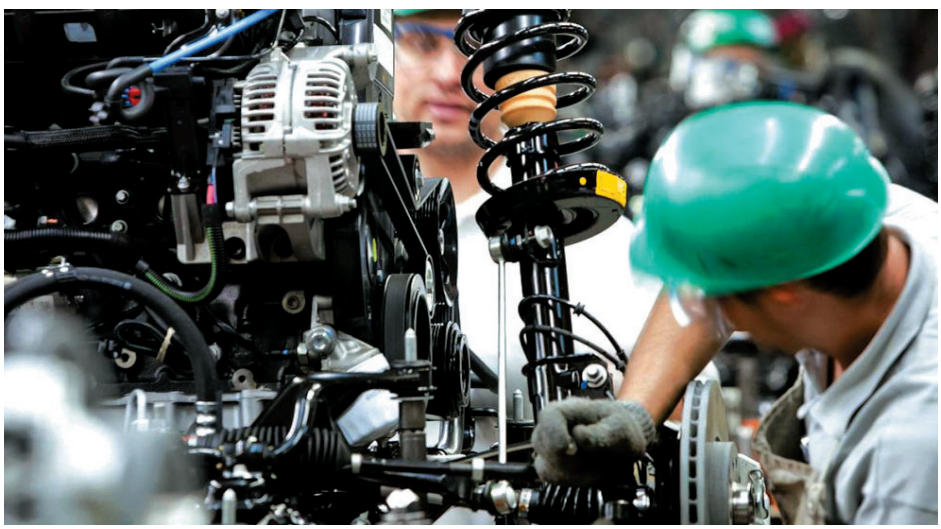
Anderson Elias Xavier (Costelinha) - Chery
Alex da Silva Gomes (Cabelo) – GM
Altair Benedito da Silva (Índio) – GM
André Luis Gonçalves (Alemão) – Embraer
Antônio Lisboa de Souza Junior – GM
Carlos Alexandre da Silva (Xandão) – GM
Célio Dias da Silva (Celião) – GM
Cleber Jacinto da Luz (Guelo) – GM
Danielson P. da Silva França – Parker Filtros
Emerson Fernandes Silva (Buldogue) - Avibras
Emerson de Lima (Binho) – TI
Edson Donizeti Cassal – Parker Hannifin
Isabel Cristina da S. Orioli (Bel) – Blue Tech
Herbert Claros da Silva – Embraer
Jenniffer de Sales Ferreira – Domex
Jésu Donizeti de Souza – GM
José Roberto Batista (Selva) - Embraer
Lauro Claudino Nunes (Laurão) – GM
Luciene da Silva (Lu) – Sun Tech
Luiz Henrique de Lima – GM
Márcio José Barbosa de Morais (Zeca) – Embraer
Marco Antônio Ribeiro (Marcão) – Gerdau
Marcos Félix de Souza (Indinho)– RF COM
Marcos L. de Oliveira (Marquinhos) – Heatcraft
Maria de Fátima Barbosa (Fatinha) – Blue Tech
Marina de Arantes Leite Sassi – Embraer
Ralph Siqueira da Silva – Retrovex
Rodrigo Antonio Ramos (Linguinha) – TI
Rodrigo dos Santos Brasileiro – Gerdau
Roberto Rosa de Oliveira (Baiano) – GM
Sérgio Henrique Machado – Avibras
Thiago Perez Santos (Ratinho) – GM
Valmir Mariano da Silva – GM
Vinícius Faria – GM

*Entre 6 de junho a 7 de outubro de 2018, o diretor estará afastado das atividades sindicais para atender à legislação eleitoral.

A contribuição que vem do trabalhador

O Sindicato dos Metalúrgicos depende, principalmente, da contribuição dos sócios para manter a luta em defesa dos empregos, salários e direitos.

É muito importante que você, associado, mantenha sua filiação e traga mais sócios para o Sindicato. Afinal, fazer a luta contra os ataques dos governos e patrões dá trabalho e gera custos.



Como funciona o Sindicato

Para defender os interesses dos trabalhadores, o Sindicato precisa manter uma estrutura e corpo de funcionários à disposição da luta.

São advogados, recepcionistas, jornalistas, assessores, entre outros profissionais que se dedicam todos os dias a atender o metalúrgico.

Mas não é só isso. Fazer a luta por aumento de salários, PLR (Participação nos Lucros e Resultados) e em defesa dos empregos também custa dinheiro.

Cada assembleia, reunião de negociação com os patrões, manifestação e impressão de jornais e boletins gera custos para a entidade.

Sem a contribuição financeira dos sócios, toda esta infraestrutura fica ameaçada.

O QUE HOUVE COM O IMPOSTO SINDICAL

A reforma trabalhista acabou com a obrigatoriedade do Imposto Sindical. Com isso, a cobrança só pode ser feita com autorização individual do trabalhador. Para o nosso Sindicato, nada muda. A entidade sempre foi contra o imposto e chegou a entrar na Justiça para barrar a cobrança.

Negociar direto com patrão? Nem pensar!

Você já pensou em como seriam o seu salário e seus direitos se não houvesse o Sindicato?

O sonho de todo patrão é explorar o trabalhador livremente, sem a presença de dirigentes sindicais que fiscalizem as condições de trabalho e cobrem aumento de salário e direitos.

Este é um dos objetivos da reforma trabalhista: enfraquecer os sindicatos e permitir que os patrões negociem diretamente com os empregados.

Imagine se você tivesse que negociar sozinho com o patrão. Provavelmente as chances de conquistar o índice próximo ao negociado pelo Sindicato seriam mínimas.

Quando os trabalhadores estão organizados, eles têm muito mais força para conquistar suas reivindicações.

Portanto, para evitar a perda de direitos provocada pela reforma, é fundamental manter o Sindicato forte e bem estruturado.

Além de fortalecer lutas, sócios têm direito a benefícios

Colônia de Férias em Caraguatatuba
Estrutura completa para receber os sócios e suas famílias. São 40 apartamentos, piscinas, playground, churrasqueira, restaurante, café da manhã e mais uma refeição. Tudo isso com preços especiais para os metalúrgicos sindicalizados.

Suporte jurídico
Nossos advogados são especialistas em defender os direitos dos trabalhadores, como adicional de periculosidade, reintegração em caso de demissão irregular, multa por atraso salarial e tantos outros.

Convênios
Os sócios do Sindicato têm direito a descontos e condições especiais em diversos estabelecimentos, como faculdades, escolas, oficinas, autoescolas e academias.

Espaço para eventos
Áreas com churrasqueira e quadra perfeitas para eventos, inclusive casamentos. Ficam nas Chácaras Reunidas e Galo Branco.

Festival dos Metalúrgicos
A grande festa da categoria sorteia centenas de prêmios todos os anos, inclusive carros e motos.

DESCANSO

Colônia de Férias garante diversão (foto abaixo). Acima, espaço para eventos na subsede das Chácaras Reunidas. Ao lado, Departamento Jurídico do Sindicato

Roosevelt Cássio

Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região
Rua Maurício Diamante, 65 - Centro - São José dos Campos - SP - CEP 12.209-570

FALE COM O SINDICATO

Sede (São José dos Campos)
Rua Coronel Moraes, 143, Centro
Tel.: 3946-5333 / 3946-5315

Subsede Caçapava
Av. Cel. Alcântara, 500, Centro
Tel.: 3653-3566 - cacapava@sindmetalsjc.org.br

Subsede Zona Sul
Rua Monte Azul, 924 – Chácaras Reunidas
Tel.: 3931-7320 - zonasul@sindmetalsjc.org.br

Subsede Jacareí
Rua José de Medeiros, 80, Centro
Tel.: 3953-5191 - jacarei@sindmetalsjc.org.br

Departamento Jurídico – 3946-5319

Colônia de Férias – 3946-5303

Dito Bronca
Para que sua denúncia seja publicada no Jornal do Metalúrgico, envie sua bronca para dito@sindmetalsjc.org.br ou fale diretamente com um dos diretores do Sindicato.

Diretores
O Sindicato possui 41 diretores de 17 fábricas da região. Todos estão prontos para ouvir os trabalhadores.

Sindicato dos Metalúrgicos
de São José dos Campos e Região